

---

# PRODUÇÕES E PESQUISAS SOBRE INFÂNCIAS, JUVENTUDES E TEMAS SOCIOJURÍDICOS: DISSERTAÇÕES E TESES PESQUISADORAS/ES DO NCA-SGD | 2018-2022

---

---

NCA-SGD

Boletim nº 07 | Dezembro 2022

PPGSS | PUC-SP

---





#### **EXPEDIENTE:**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo | PUC-SP  
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social | PPGSS  
**Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes com  
Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos | NCA-SGD**

**Coordenação:** Eunice Teresinha Fávero  
Rua Monte Alegre, 984 | Perdizes | São Paulo-SP | CEP 05014-901

**Site:** [www.pucsp.br/nca-sgd](http://www.pucsp.br/nca-sgd)

**E-mail:** [nucleoca2018@gmail.com](mailto:nucleoca2018@gmail.com)

**Boletim NCA-SGD | Ano 03 | Número 07 | 2º Semestre | Dezembro 2022**

**Editoria:** Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

**Diagramação:** Prof. Ms. Adeildo Vila Nova

#### **PESQUISADORAS/ES**

**2º semestre 2022**

##### **Pesquisadoras/es discentes**

###### **Doutorandas/os:**

Prof. Ms. Adeildo Vila Nova  
Profa. Ms. Anna Valéria da Silva Andrade  
Profa. Ms. Carla Cristina Teodoro  
Prof. Ms. Eduardo Henrique Moraes Santos  
Profa. Ms. Giovanna Canêo  
Profa. Ms. Helyene Rose Cruz Silva  
Profa. Ms. Laís Oliveira Souza  
Profa. Ms. Luiza Aparecida de Barros  
Profa. Ms. Mariene dos Santos Pereira  
Profa. Ms. Mayara Martins de Souza  
Profa. Ms. Michele Borges

###### **Mestrandas/os:**

Anne de Fátima Araújo Aguiar  
Bárbara Canela  
Itamar Moreira do Carmo  
Priscila Monteiro  
Silvanice Bispo da Silva  
Roseane Ribeiro Erévalo  
Valdécio Carlos da Silva Jr

##### **Pesquisadoras/es associadas/os e convidadas/os:**

Profa. Dra. Abigail Aparecida de Paiva Franco  
Profa. Dra. Alberta Emília Dolores de Gois  
Prof. Dr. Alan de Loiola Alves  
Profa. Dra. Edna Ferreira  
Profa. Dra. Gracielle Feitosa de Loiola  
Profa. Dra. Janaína Dantas  
Profa. Dra. Rita de Cássia Silva Oliveira  
Profa. Dra. Vanessa Rombola Machado

Profa. Ms. Alice Vettorazzo Kalil Matos  
Profa. Ms. Carla Martins de Oliveira  
Profa. Ms. Dilza Silvestre Galha Matias  
Profa. Ms. Hílkia Maria de Carvalho  
Profa. Ms. Marcia Cristina Campos  
Prof. Ms. Rafael Candeloro Campoi  
Profa. Ms. Yone da Cruz Martins de Campos  
Assistente Social Camile Aguiar  
Assistente Social Izaura Benigno

##### **GT Comunicação:**

Adeildo Vila Nova  
Carla Martins de Oliveira  
Eunice Fávero

Laís Oliveira Souza  
Luiza Aparecida de Barros  
Rafael Candeloro Campoi


## **Apresentação**

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes – ênfase no Sistema de Garantia de Direitos, do PPGSS/PUCSP, desde sua reativação em 2018, tem acolhido pesquisadoras/es de mestrado e de doutorado, do próprio PPGSS/PUCSP, mas também de outros programas e universidades, assim como pesquisadoras/es convidadas/os, buscando estabelecer parcerias e diálogos na busca da produção de conhecimentos voltados para acessar e assegurar direitos humanos/sociais a crianças, adolescentes, jovens, mulheres/mães e famílias.


Nessa trajetória de quatro anos e meio, tivemos e temos o privilégio de conhecer e/ou acompanhar relevantes pesquisas de mestrado e de doutorado – sob minha orientação e também sob orientação de outras/os docentes -, de autoria de discentes do Serviço Social em sua maioria, mas também da Psicologia Social, do Direito, da Educação, que integram ou integraram o NCA-SGD em algum momento nesse período, e cujos temas estabelecem interfaces, direta ou indiretamente, com o conjunto de estudos e pesquisas às quais o Núcleo tem se debruçado.

Para que esse conhecimento produzido tenha mais espaços de circulação e consequente contribuição social, escolhemos organizar seus títulos, resumos e meios de acesso, e socializá-los por meio deste Boletim, mediante aceite das/os autoras/res. Assim, aqui poderão encontrar e acessar pesquisas/análises voltadas para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, o pós acolhimento institucional com a maioria, medidas socioeducativas direcionadas a adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional, mulheres/mães que tiveram, ou foram ameaçadas, de retirada de filhos pelo Estado, construção sócio-histórica de paternidades, violência sexual e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, mulheres sobreviventes da prisão, proteção integral, menorismo, assim como pesquisas/análises que passam por espaços de trabalho profissional no sociojurídico, algumas na interface com as temáticas anteriormente citadas.

Boa leitura!



**Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes:  
Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos  
NCA-SGD | PPGSS | PUC-SP  
Dezembro | 2022**



## SUMÁRIO

### PARTE I - TESES

MERCOSUL E SUAS ESTRELINHAS NAS REDES: A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO MANIFESTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	6
--	---

*Alan de Loiola Alves*

E AGORA JOSÉ E MARIA? O ENCONTRO COM A MAIORIDADE APÓS UMA VIDA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: APROXIMAÇÕES BRASIL E PORTUGAL .....	7
--	---

*Alberta Emília Dolores de Goes*

SERVIÇO SOCIAL E SISTEMA DE JUSTIÇA: SIGNIFICADO SOCIAL E PROCESSAMENTO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS.....	8
---	---

*Bianca Ribeiro de Souza*

ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE SER CRIANÇA NO CAPITALISMO .....	10
--	----

*Camila Gibin Melo*

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO AMBIENTE ESCOLAR.....	11
---	----

*Edna Ferreira*

“NÓS SOMOS GENTE... NÓS PODE SER MÃE...”: EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS À RETIRADA COMPULSÓRIA DE FILHAS/OS PELO ESTADO .....	12
--	----

*Gracielle Feitosa de Loiola*

O CUIDADO EM JULGAMENTO: UM OLHAR SOBRE OS PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO .....	14
--	----

*Janáina Dantas Germano Gomes*

PROTEÇÃO SOCIAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: GARANTIA DE DIREITOS OU PUNIÇÃO? .....	15
--	----

*Maria Cristina de Oliveira*

ENCONTRO ENTRE SUAS E SINASE: A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NO CEDECA SAPOPEMBA .....	16
--	----

*Valdenia Aparecida Paulino Lanfranchi*

## PARTE II – DISSERTAÇÕES

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE COLETIVA: NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO ALTERNATIVA À CENTRALIDADE PUNITIVA .....	18
<i>Alice Vettorazzo Calil Matos</i>	
TRAJETÓRIAS DE MULHERES SOBREVIVENTES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NA CIDADE DE SÃO PAULO ....	19
<i>Carla Martins de Oliveira</i>	
HISTÓRIAS DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DO PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL .....	20
<i>Gislene Aparecida da Silva</i>	
MATERNIDADE E (DES)PROTEÇÃO SOCIAL: QUANDO A QUESTÃO DA MULHER SE TORNA VISÍVEL.....	21
<i>Hílkia Maria de Carvalho Dantas</i>	
"O 'INQUIETO BALANÇO' DO COTIDIANO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO NA CONJUNTURA DA PANDEMIA DA COVID-19" .....	23
<i>Lara Caroline Hordones Faria</i>	
O CENTRO DE VISITAÇÃO ASSISTIDA "CEVAT-TJSP" NA PERSPECTIVA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS.....	24
<i>Luciana Prates Cordeiro</i>	
ROMPENDO COM O LUGAR DE ABANDONO: CONTRADIÇÕES, DILEMAS E DESAFIOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL .....	25
<i>Márcia Cristina Campos</i>	
DOS ECOS DO ECA À PSICANÁLISE: ENTRE A LÓGICA DO BEM-ESTAR E A ÉTICA DO BEM DIZER .....	27
<i>Michele Donizete Ferreira Borges</i>	
MENORISMO ESTRUTURAL E O DIREITO: ELEMENTOS PARA UMA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL INSURGENTE E ANTIMENORISTA .....	28
<i>Peter Gabriel Molinari Schweikert</i>	
A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SUAS EXPRESSÕES E OS DESAFIOS NO COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS VARAS DE FAMÍLIA .....	29
<i>Quelli Foleiss de Oliveira</i>	
PATERNIDADES: PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA E EXPRESSÕES EM MÍDIAS SOCIAIS.....	30
<i>Rafael Candeloro Campoi</i>	

## PARTE I – TESES

### MERCOSUL E SUAS ESTRELINHAS NAS REDES: A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO MANIFESTAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL

*Alan de Loiola Alves*

Tese de Doutorado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Data da Defesa: 08 de dezembro de 2021

Alan de Loiola Alves | Assistente Social /Docente

E-Mail: [alanloiola@yahoo.com.br](mailto:alanloiola@yahoo.com.br) e [profalanloiola@gmail.com](mailto:profalanloiola@gmail.com)

Link de acesso à Tese:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/24400/1/Alan%20de%20Loiola%20Alves.pdf>

#### **Resumo:**

A presente tese tem como objetivo analisar a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos países membros plenos do MERCOSUL enquanto manifestação da “questão social”, especificamente, descrever a caracterização da exploração sexual comercial infanto-adolescente na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; identificar as formas de enfrentamento à exploração sexual contra a população infanto-adolescente no MERCOSUL e em cada membro pleno; e analisar as similitudes da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos países mercosulinos plenos. Para a realização desta investigação adotou-se a abordagem teórico-metodológica da teoria social crítica, seguida de uma pesquisa exploratória-descritiva com caráter qualitativo, valendo-se do levantamento bibliográfico e documental. Os principais resultados desta pesquisa apontam que, dentro do conjunto de particularidades, encontra-se que na Argentina a ênfase está no tráfico para fins sexuais, já o Brasil é conhecido internacionalmente por incentivar o pornoturismo, o Paraguai apresenta o trabalho doméstico infantil e o Uruguai foi considerado o país da América Latina que mais consome pornografia. Já nas similitudes destacam-se o mercado do sexo formado por redes organizadas e não organizadas, a questão de classe, cor-raça-etnia e de gênero e o processo sócio-histórico dos

países marcado pelo colonialismo e pelo capitalismo dependente, tardio e periférico, como também a direção do enfrentamento desta manifestação da “questão social” realizada pelos quatro países e pelo próprio bloco, que seguiu a linha do ideário neoliberal. Este estudo aponta para algumas sugestões para o enfrentamento desta manifestação da “questão social”, destacando que se faz necessária a superação de todas as formas de desigualdades sociais estruturantes, sendo necessário construir um novo modelo societário para a erradicação de toda e qualquer forma de exploração da classe-que-vive-do-trabalho.

## **E AGORA JOSÉ E MARIA? O ENCONTRO COM A MAIORIDADE APÓS UMA VIDA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: APROXIMAÇÕES BRASIL E PORTUGAL**

*Alberta Emília Dolores de Goes*

Tese de Doutorado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadoras:

Profa. Dra. Marta Silva Campos

Profa. Dra. Dirce Harue Ueno Koga

Data da Defesa: 12 de junho de 2019

Alberta Emília Dolores de Goes | Assistente Social no TJ/SP e Docente

E-Mail: [goesalberta@gmail.com](mailto:goesalberta@gmail.com)

Link de acesso à Tese: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22375>

### **Resumo:**

A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil tem as suas origens desde o período colonial. Reconhecer esse processo sócio-histórico se mostra significativo ao evidenciar rupturas, continuidades e avanços a partir da aproximação entre os modelos de atenção à infância e juventude na atualidade, no Brasil e em Portugal. Com essa perspectiva, o cotidiano da atuação profissional como assistente social no âmbito do sistema judiciário se apresentou como um disparador para o desenvolvimento da atual pesquisa. Nesse contexto, o objetivo desse estudo é compreender a trajetória de crianças e adolescentes institucionalizados no Brasil e em Portugal, sob medidas protetivas de acolhimento (que foram entregues por suas famílias ou retirados do contexto familiar, por denúncias de violações de direitos, dentre outros) que tutelados pelo Estado e, sob responsabilidade da Justiça, não foram reintegrados às suas famílias



de origem/extensa, como também não foram localizados pretendentes às suas adoções, permanecendo institucionalizados por longa data e/ou até completarem a maioridade civil – e como se organizaram posteriormente as suas desinstitucionalizações. A pesquisa possui abordagem qualitativa e foi desenvolvida a partir da história oral de vida tendo como sujeitos doze jovens e adultos brasileiros e portugueses. As vozes de quem viveu o acolhimento institucional na pele e, por longa data é o foco desse estudo e forma um mosaico de significados, impressões e proposições que oportunizam a rever esse espaço social. O principal elo entre o Brasil e Portugal na atualidade é a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) importante marco legal que alicerça os direitos infanto-juvenis. Nesses países, o acolhimento institucional ainda se mostra como uma medida protetiva de relevo para as situações de desproteção, no entanto, observa-se que não pode continuar sendo a principal resposta, inclusive, para as iniquidades sociais. A longa permanência em serviços de acolhimento é uma realidade nos países estudados e pode trazer graves prejuízos aos acolhidos: desenraizamento social e familiar, desesperança, falta de referências para a vida, produção de estigmas, dificuldades interpessoais, adoecimento psíquico, dentre outros. O acolhimento institucional deve ter como objetivo sempre o “desacolhimento”. Assim, todo o trabalho a ser desenvolvido deve levar em consideração a criança e o adolescente (como parte de sua família de origem) como sujeito e não objeto dessa experiência. É ao longo dessa trajetória que se fortalecem esses sujeitos-cidadãos e o seus protagonismos. O desacolhimento institucional deve ser preparado em um processo contínuo e, o limite etário não pode se constituir em um “game over” utilizado como forma de desresponsabilização e desproteção dos envolvidos. No Brasil e em Portugal ainda há a necessidade de implementação de medidas preventivas/protetivas (que incluam necessariamente as famílias de origem de crianças e de adolescentes) preliminares e alternativas à medida de acolhimento, bem como, observa-se que, o processo de desacolhimento carece de preparo contínuo e de acompanhamento obrigatório posterior para que seja sanado eventuais problemas para com os “ex-acolhidos”. Essa medida protetiva ainda guarda desafios a serem enfrentados pelas autoridades, pelos profissionais e por intermédio de políticas públicas - com financiamento necessário - que promovam maior equidade social e, não o contrário.

## SERVIÇO SOCIAL E SISTEMA DE JUSTIÇA: SIGNIFICADO SOCIAL E PROCESSAMENTO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

*Bianca Ribeiro de Souza*

Tese de Doutorado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn

Data da Defesa: 14 de outubro de 2021

Bianca Ribeiro de Souza | Assistente Social no MPSP

E-Mail: [biarsouza@hotmail.com](mailto:biarsouza@hotmail.com)

Link de acesso à Tese:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/24703/1/Bianca%20Ribeiro%20de%20Souza.pdf>

### **Resumo:**

A presente tese tem por objeto o processamento do trabalho da/o assistente social e a apreensão do seu significado social nas instituições que compõem o Sistema de Justiça do Estado de São Paulo, ou seja, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública. Para tanto, historiciza as condições sociopolíticas que levaram à inserção de assistentes sociais nessas instituições, sistematiza demandas iniciais e respostas profissionais e recupera aspectos pouco conhecidos e possíveis pontos de tensão e conflito que possam ter desencadeado; ainda, problematiza atribuições e competências profissionais, a partir de demandas postas para a profissão e analisa relações, condições e organização do trabalho de assistentes sociais, na perspectiva de totalidade. Considerando que há consolidado debate e significativa produção bibliográfica sobre o Serviço Social nessas instituições, esta pesquisa também se direcionou para a análise do trabalho profissional de forma mais ampliada, ou seja, para além de cada uma delas, pois se observa a presença de um campo de investigação em aberto quando se trata da apreensão do Serviço Social, a partir da inter-relação dessas instituições enquanto componentes do Sistema de Justiça. Nessa direção, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental em diferentes fontes e pesquisa de campo, alicerçada na metodologia qualitativa, por meio de amostra intencional das áreas de atuação de assistentes sociais, em que há intersecção das intervenções – Infância e Juventude, Infância e Juventude – ato infracional e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – nos três espaços sócio-ocupacionais do Sistema de Justiça, na cidade de São Paulo. A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas: na primeira, foi enviado questionário virtual para todas/os profissionais lotadas/os nessas áreas, com o intuito de mapear as/os assistentes sociais inseridas/os no Sistema de Justiça, bem como, as formas de organização desse trabalho, rotinas e condições materiais, técnicas e éticas para sua realização. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 21 assistentes sociais inseridas/os nessas três instituições e nas áreas escolhidas, objetivando conhecer e

analisar o universo dos significados, por intermédio da apreensão de como tem se dado o processamento do trabalho pela mediação das atribuições e competências. Entre os achados da pesquisa, as análises permitiram concluir que o Serviço Social no Sistema de Justiça é atravessado por um duplo risco: o de reproduzir, na profissão, o campo de disputas do universo jurídico e o de reforçar intervenções que contribuem para o trato recortado das expressões da questão social no interior desse Sistema.

## ACUMULAÇÃO DO CAPITAL, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE SER CRIANÇA NO CAPITALISMO

*Camila Gibin Melo*

Tese de Doutorado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides

Data da Defesa: 11 de fevereiro de 2022

Camila Gibin Melo | Assistente Social na área da infância e da juventude

E-mail: [cagibin@gmail.com](mailto:cagibin@gmail.com)

Link de acesso à Tese: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/25819>

### **Resumo:**

A presente tese tem como objetivo apresentar as premissas fundamentais necessárias para o estudo da situação da infância e da adolescência brasileira. Para tal, realizou-se o esforço de desenvolver as conexões entre crianças e adolescentes e as relações sociais capitalistas. Possuindo como referencial teórico a crítica marxista do direito, questionou-se o papel atribuído às crianças e aos adolescentes durante as diferentes fases de acumulação capitalista, trazendo à frente dos fatos históricos nacionais e internacionais o seu protagonismo. Buscou-se, assim, apreender as relações de exploração e opressão vividas pelas crianças e os adolescentes durante a história do capitalismo, bem como a participação delas nas revoltas e revoluções. Refletimos que a acumulação capitalista da atualidade tem aspectos novos, dentre eles está a atualização dos instrumentos jurídicos. Discorremos, portanto, sobre como o estudo sobre a forma jurídica, tendo como principal autor Evgeni Pachukanis, poderia contribuir para compreendermos até que ponto as “conquistas” legais para a infância, o status sujeito/objeto de direito, cooperaram para a proteção do público infante-juvenil ou reforçam e atualizam novas formas de acumulação capitalista “em nome da infância”, a qual chamamos de Indústria da Proteção Integral.

Procuramos superar as leituras que enfatizam o aspecto culturalista (cultura do menorismo) e da história das “conquistas” das leis para compreensão da infância, e assim apreendemos os efeitos e armadilhas jurídicas do discurso “protetivo”, que levaram à captura dos movimentos populares de defesa da infância, transformados em linguagens jurídicas: ONGs, Conferências e Conselhos de Direitos, legalizando a infância. Para tal, a tese utiliza autores como Bernard Edelman. Observamos que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) corresponde à expressão da forma mais “acabada” da relação social capitalista brasileira. O que temos no conteúdo e nos princípios normativos do ECA não é uma novidade de uma conquista popular, mas a atualização e a modernização do status jurídico, o qual corresponde à fase contemporânea capitalista, na qual a igualdade formal generalizada (para todas as crianças, sem distinções de classe), como implica o Estatuto, caracteriza a própria sociedade capitalista neoliberal dos países periféricos, para que se realize e se aprofunde as trocas mercantis e as espoliações/expropriações – a infância como mercadoria sujeito ou como mercadoria objeto e todas como livres proprietárias. Em outras palavras, o ECA corresponde ao estágio máximo de completude do direito como parte do próprio avanço das forças produtivas de modernização e industrialização do país, correspondendo à nova fase capitalista. Trata-se da infância integrada ao capital em seu estágio máximo.

## A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E SEUS DESDOBRAMENTOS NO AMBIENTE ESCOLAR

*Edna Ferreira*

Tese de Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade

Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientador: Prof. Dr. Carlos Antônio Giovinazzo Júnior

Data da defesa - 04 de junho de 2020

Edna Ferreira | Psicopedagoga, Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (aposentada).

E-mail: [ednaceci@gmail.com](mailto:ednaceci@gmail.com)

Link de acesso à Tese:

<https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/23132/2/Edna%20Ferreira.pdf>

### **Resumo:**

Esta pesquisa empírica objetivou identificar e analisar os desdobramentos, no ambiente escolar, da violência sexual contra crianças, bem como os obstáculos que impedem a atuação dos

educadores no enfrentamento das situações de violência sexual contra os educandos. Foram observadas três meninas, nas interações sociais e no desempenho escolar, que sofreram abuso sexual, matriculadas, respectivamente, no 1º, 2º e 3º anos do Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, em três escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Os procedimentos para coleta dos dados incluíram a observação das alunas no ambiente escolar, em suas atividades e nas relações com os colegas e educadores; teste sociométrico; análise do boletim escolar e do desenho da família (elaborado por todas as crianças que eram colegas de turma das alunas estudadas); entrevista (também com todas as crianças das turmas); entrevista semiestruturada com os professores e com os coordenadores pedagógicos das escolas; bem como aplicação de um questionário para todos os educadores das unidades escolares. A análise orientou-se pela Teoria Crítica da Sociedade, levando-se em conta as seguintes noções: coisificação da consciência, barbárie, frieza nas relações humanas, desumanização e não identificação com o outro. Por meio da análise dos dados, foi possível observar que os desdobramentos da violência sexual na escola são difíceis de serem identificados, uma vez que, mesmo sendo demonstrado o prejuízo que as meninas pesquisadas evidenciaram com relação às interações sociais e ao desempenho escolar, não diferem significativamente dos demais alunos, dificultando a atuação da unidade escolar no enfrentamento à violência sexual, pois os sinais e as consequências da violência sexual estão camuflados e não são perceptíveis de imediato. Isso implica a necessidade de o educador ter a percepção sensível e o conhecimento para identificar e abordar as situações de forma adequada. Os dados da pesquisa indicam também que os educadores estão cientes de alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados com relação à violência sexual contra crianças e adolescentes e, por isso, necessitam e clamam por formação que permita capacitá-los para atuar de maneira segura e eficaz no combate à violência sexual contra seus alunos.

### **“NÓS SOMOS GENTE... NÓS PODE SER MÃE...”: EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS À RETIRADA COMPULSÓRIA DE FILHAS/OS PELO ESTADO**

*Gracielle Feitosa de Loiola*

Tese de Doutorado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Data da Defesa: 09 de setembro de 2022

Gracielle Feitosa de Loiola | Assistente Social no TJSP

E-mail: [gracyfeitosa@yahoo.com.br](mailto:gracyfeitosa@yahoo.com.br)

Link de acesso à Tese: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/29578>

### **Resumo:**

Compreender as determinações de permanência (mas também de afastamento) de crianças de suas famílias em contexto de uso de substâncias psicoativas pressupõe um movimento complexo, que evidencia uma trama saturada por mediações históricas, culturais, políticas, econômicas e sociais. Amparado por uma teoria social que considera a historicidade, o movimento contínuo do real e suas contradições, este estudo objetiva acessar as experiências de famílias que conseguiram permanecer com suas/seus filhas/os, buscando descortinar as resistências e insurgências empreendidas tanto por elas quanto pelas/os trabalhadoras/as (sobretudo assistentes sociais), bem como identificar as ações de cuidado ofertadas em termos de proteção social e de saúde. A pesquisa volta-se a uma dimensão do cotidiano e da realidade de profissionais e famílias que lutam e resistem à lógica de desigualdade, julgamento, moralismo e preconceitos, em especial nas situações que envolvem o uso de substâncias psicoativas, cuja presença tem sido associada de forma automática à impossibilidade de exercício da maternidade e da paternidade, o que mascara situações de violências, racismo e desproteções muitas vezes invisibilizadas em nome do melhor interesse e proteção da criança. A metodologia é quanti-qualitativa, como forma de aproximação da realidade e dos processos históricos vivenciados e contados pelos/as participantes da pesquisa por meio de: pesquisa documental; observação participante; entrevistas com trabalhadoras/es e famílias, tendo como aporte a metodologia da História Oral; Itinerários de cuidado, proteção e resistência. O estudo evidenciou a face contraditória da judicialização e as características das famílias (em que as mulheres têm centralidade) que podem ter suas/seus filhas/os retiradas/o no fluxo estabelecido entre a maternidade/hospital e o Poder Judiciário: mulheres majoritariamente negras, jovens (com até 35 anos), com Ensino Fundamental incompleto, atravessadas pela inclusão em trabalhos precários, que tem a rua como território de referência ou vivem em condições de moradia incertas e precárias, a quem são negados direitos sociais fundamentais e que vivem em constantes violações e desproteções. Esta tese também possibilitou apreender as vozes dissonantes, os “olhares intrometidos e comprometidos” que atuam para recriar, no tempo presente, práticas de resistência às opressões e à expropriação do direito à maternidade, uma maternidade que tem sido negada, especialmente quando se trata de mulheres negras com trajetórias de rua e/ou uso de psicoativos. As resistências também se apresentam na forma de apreensão da realidade, na escuta, na escrita e no cuidado compartilhado, coletivo e em rede. A pretensão do estudo não é esgotar as reflexões apontadas, mas semear novas indagações

sobre o real e sua processualidade, complexidade e totalidade, a fim de que a retirada compulsória de crianças não seja a única solução imposta no caminho de muitas famílias que têm suas vidas judicializadas. Em tempos de desesperança, apostar em resistências é uma forma de continuar resistindo, existindo e lutando por uma sociedade mais protetiva e justa.

## O CUIDADO EM JULGAMENTO: UM OLHAR SOBRE OS PROCESSOS DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO

*Janaína Dantas Germano Gomes*

Tese de Doutorado em Direito

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)

Programa de Pós-graduação em Direito; Área de concentração em Direitos Humanos

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Assis de Almeida

Data da Defesa: 20 de setembro de 2022

Janaína Dantas Germano Gomes | Professora e pesquisadora em direito; bacharel em antropologia

E-Mail: [janadgg@gmail.com](mailto:janadgg@gmail.com)

Link de acesso à Tese: Não disponível (quando disponibilizada poderá ser localizada no banco de teses da Biblioteca da USP)

### Resumo:

A presente pesquisa, desenvolvida no doutorado na linha de Direitos Humanos na Universidade de São Paulo, tem por objetivo explorar a noção de cuidado no contexto da atuação das psicólogas e assistentes sociais que atuam nos chamados setores técnicos das Varas de Infância e Juventude (VIJ) nas ações de Destituição do Poder Familiar (DPF). A aposta analítica deste trabalho é, em suma, a de que observar as dinâmicas de trabalho dessas profissionais com os processos de DPF, desde as lentes teóricas do que se tem produzido sobre o cuidado, permitirá ver novas camadas do que está “em jogo” em tais processos, resumida pelas interlocutoras muitas vezes com a interrogação acerca de quem elas estariam realmente cuidando no contexto destas atuações judiciais. Em especial, explora-se o cuidado e seus “circuitos”, obrigação, ajuda e profissão, que podem ser vistos a partir dos casos analisados. O percurso da pesquisa permitiu ver a centralidade da questão de gênero que atravessa as ações de DPF assim como nas relações de cuidado. O exercício do cuidado pelas mulheres em relação às crianças que são destituídas, e pelas profissionais cujo trabalho é determinar a qualidade do cuidado ofertado encontram-se em uma encruzilhada do cuidado em julgamento. O (des)cuidado das políticas públicas com as

famílias, as hierarquias e tensões que atravessam o cotidiano de trabalho são explorados, assim como as (des)continuidades das políticas de cuidados com as mulheres muitas vezes pautadas pela intervenção nas capacidades reprodutivas em nome, e sob o nome, de um certo tipo de cuidado para com mulheres e crianças. A partir deste percurso de pesquisa, conclui-se pela necessidade de avançar na questão do cuidado no que toca às transformações das instituições e processos sociais, para que se centrem nas pessoas e suas necessidades, democratizando-se as instituições e a própria noção de cuidado.

## PROTEÇÃO SOCIAL E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO: GARANTIA DE DIREITOS OU PUNIÇÃO?

*Maria Cristina de Oliveira*

Tese de Doutorado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientador: Prof. Dr. Ademir Alves da Silva

Data da Defesa: 09 de junho de 2022

Maria Cristina de Oliveira | Assistente Social no TJSP

E-Mail: [socialcrica@gmail.com](mailto:socialcrica@gmail.com)

Link de acesso à Tese: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26566>

### **Resumo:**

A presente tese teve a finalidade de analisar a proteção social da política de assistência social no acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na região do ABCDMRR paulista. Procurou-se pautar a pesquisa na teoria crítica de inspiração marxista, incorporando princípios do materialismo histórico no processo investigativo. Como referenciais teórico-conceituais, recorreu-se a autores que discutem política social, política de assistência social, direitos humanos de crianças e adolescentes e a questão racial. A par do referencial bibliográfico e da análise de documentos legal-normativos, foi utilizada a técnica do grupo focal, em quatro encontros, com a participação de 17 profissionais das áreas de Psicologia, Serviço Social, Direito e Pedagogia que trabalham diretamente com o acompanhamento a adolescentes, jovens e suas famílias. Do convite a todas as equipes de execução das medidas socioeducativas em meio aberto (sete municípios), profissionais de quatro unidades aceitaram participar (Creas Diadema, Creas Rio Grande da Serra, Creas Santo André e Fundação Criança de São Bernardo do Campo). Os encontros foram



pautados em sete questões norteadoras: 1) Qual o entendimento sobre proteção social na política de assistência social? 2) Qual o significado do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto para os profissionais da atenção direta no acompanhamento aos adolescentes? 3) A proteção social na política de assistência social garante direitos ou é uma forma de punição no cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto? 4) Qual o entendimento do grupo sobre a questão racial e as MSE? 5) A atenção efetivada pela equipe de execução das MSE alcança os objetivos da proteção social? Qual é a avaliação da área? 6) Qual a avaliação sobre a execução direta efetivada pelo poder público e a execução indireta, efetivada pelas entidades não estatais? 7) No acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto existe a intersetorialidade e a interinstitucionalidade? Foi possível compreender que, a despeito das conquistas do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda precisamos avançar nas ações relativas às medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a efetivar a implementação do Sistema de Garantia de Direitos reconhecendo como sujeitos de direitos adolescentes/jovens a quem se atribui a prática de ato infracional. Trata-se, pois, de romper com as marcas do paradigma punitivista, onde quer que elas se manifestem, assegurando a efetiva proteção integral.

## ENCONTRO ENTRE SUAS E SINASE: A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO NO CEDECA SAPOEMBA

*Valdenia Aparecida Paulino Lanfranchi*

Tese de Doutorado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Aldaiza Sposati

Data da Defesa: 25 de junho de 2020

Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi | Advogada.

Email: [valdeniapaulino@gmail.com](mailto:valdeniapaulino@gmail.com)

Link de acesso à Tese: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23726>

### Resumo:

O objeto desta tese de doutorado versa sobre a conjugação da proteção integral, da proteção social e da proteção sociojurídica nas medidas socioeducativas em meio aberto, tipificadas na proteção social especial de média complexidade do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

A hipótese é a seguinte: A separação entre proteção integral, proteção social e proteção sociojurídica leva à fragmentação e não ao fortalecimento da defesa dos direitos do/a adolescente e enfraquece a sua condição de sujeito de direito. Embora as medidas socioeducativas em meio aberto tenham sido alocadas no Suas como demanda da proteção social, constata-se a escassez de diálogo entre a área da política da Assistência Social e a área sociojurídica, na afirmação das proteções sociais do/a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Com base na experiência pessoal e dos Serviços de Medida Socioeducativa em Meio Aberto executados pelo Cedeca Sapopemba, busca-se identificar as manifestações, presentes e ausentes, da proteção social para com adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional, atendidos por esses Serviços. Pretende-se, outrossim, compreender como a proteção social e a proteção integral foram incorporadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); de que forma se aplicam nas medidas socioeducativas; e como o Suas e o Sistema de Justiça atuam para assegurar essas proteções, enquanto sistemas vinculantes das medidas socioeducativas em meio aberto. O trabalho tem sua base em pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, essa de natureza qualitativa, realizada com entrevistas e grupos focais. Como resultado do estudo proposto, são apontadas alternativas que devem contribuir para que as proteções sociais sejam asseguradas ao/a adolescente e sua família, na perspectiva da proteção integral. Pois esse horizonte não é ainda concepção apaziguada na sociedade brasileira e sim um objetivo a ser perseguido com o enfrentamento a seus opositores.

## PARTE II – DISSERTAÇÕES

### A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE COLETIVA: NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO ALTERNATIVA À CENTRALIDADE PUNITIVA

*Alice Vettorazzo Calil Matos*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

Data da Defesa: 15 de setembro de 2021

Alice Vettorazzo Calil Matos | Assistente Social na área da infância e juventude

E-Mail: [vettorazzo@hotmail.com](mailto:vettorazzo@hotmail.com)

Link de acesso à Dissertação: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24240>

#### **Resumo:**

Esta pesquisa investiga a experiência de adolescentes e profissionais da cidade de São Paulo na execução da medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade coletiva, a qual se desenvolve sob perspectiva participativa e emancipatória, assim como o processo de defesa política dessa metodologia pela Articulação das/os trabalhadoras/es e Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto da cidade de São Paulo. Inicialmente as medidas socioeducativas são analisadas a partir de suas rupturas e continuidades com os códigos menoristas e com o Código Penal evidenciando o quanto esses dispositivos – em específico as medidas socioeducativas e as alternativas penais - se constituem enquanto avanço na garantia de direitos ao mesmo tempo em que, juntamente com a política de assistência social, podem ser compreendidas como parte de um projeto político necessário ao avanço do neoliberalismo. Tal investigação evidencia que essa dinâmica remonta aos conflitos político-ideológicos que, historicamente, concretizaram os avanços na garantia de direitos de adolescentes e jovens e à ambivalência dos dispositivos de responsabilização e punição. Ainda que a PSC coletiva não resolva a ambígua natureza das medidas socioeducativas, ela contribui de maneira significativa

para potencializar seu caráter pedagógico em consonância com o que foi pensado a respeito da socioeducação no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Para compreender todo esse processo e chegar às conclusões apontadas, além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas abertas com adolescentes e socioeducadoras/es que tiveram contato com a PSC coletiva no SMSE/MA, com profissionais que participaram dos debates de elaboração do ECA e do SINASE e com a coordenação do Departamento de Execuções da Infância e Juventude (DEIJ) da Comarca de São Paulo. Somado aos depoimentos desses atores, foi desenvolvida também a análise dos autos do processo de um adolescente que cumpriu a referida medida com o intuito de apreender a visão das/os profissionais que atuam no sistema de justiça juvenil possuem em relação a PSC coletiva, principalmente no ano de 2018, quando o debate acerca desta metodologia estava mais acirrado.

## TRAJETÓRIAS DE MULHERES SOBREVIVENTES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NA CIDADE DE SÃO PAULO

*Carla Martins de Oliveira*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

Data da Defesa: 16 de agosto de 2022

Carla Martins de Oliveira | Advogada

E-Mail: [carlamdeoliveira@hotmail.com](mailto:carlamdeoliveira@hotmail.com)

Link de acesso à Dissertação: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/27812>

### **Resumo:**

O Brasil é um dos países com maior crescimento na taxa de aprisionamento, inclusive de mulheres, demonstrando um processo de recrudescimento do encarceramento em massa e da política de “guerra às drogas”. Isso também gera o aumento no número de pessoas egressas do sistema prisional. Nesse contexto, a pesquisa busca compreender com o que as mulheres egressas podem contar na saída do cárcere na cidade de São Paulo, particularmente no que tange a políticas sociais de atenção a egressos/as. Para tanto, utiliza-se de metodologias mistas, partindo de etapa quantitativa, com análise de dados e bibliográfica, para trazer a base teórica e a principal legislação penal que envolve o assunto, além de traçar um panorama do sistema

penitenciário brasileiro e do perfil das mulheres que cumprem pena privativa de liberdade. Ainda nessa etapa, foram analisadas a política penitenciária e de atenção a egressas em São Paulo, destacando-se como principal serviço a CAEF. Posteriormente, em etapa qualitativa, três mulheres sobreviventes do sistema prisional contaram suas vivências, a partir da saída do cárcere, relatando com o que puderam contar e o que fez falta, pensando em caminhos para minimizar os efeitos da prisão na vida de pessoas que foram aprisionadas. Conclui-se que há falta de amparo por parte do Estado às pessoas egressas, não havendo qualquer preparo na saída do cárcere, e sendo pouco acessados serviços como a CAEF. O aprisionamento traz impactos para a vida das sobreviventes do sistema que as prejudica profundamente, tanto psicologicamente, quanto em suas relações sociais e na (re)colocação no mercado de trabalho formal. Apesar disso, é preciso pensar em reintegração social, e em como realizá-la apesar da pena e do cárcere, desenvolvendo políticas penitenciárias que se iniciem dentro do cárcere, visando à condição de egresso/a, e continuem fora dele.

## HISTÓRIAS DE REINTEGRAÇÃO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVAÇÃO DO PARADIGMA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

*Gislene Aparecida da Silva*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

Data da Defesa: 09 de novembro de 2021

Gislene Aparecida da Silva | Assistente Social na área da assistência social

E-mail: [gizlenesilva@hotmail.com](mailto:gizlenesilva@hotmail.com) ou [professoragiz@gmail.com](mailto:professoragiz@gmail.com)

Link de acesso à Dissertação: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/24902>

### **Resumo:**

O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006), instituídos com base na Constituição Federal de 1988, alteram a concepção de doutrina irregular de menores para a perspectiva da proteção integral. Dentro deste contexto e considerando os avanços advindos destas mudanças, presume-se a importância de identificar o alcance de sua efetivação, considerando as expressões da “questão social”, a institucionalização de crianças e

adolescentes, bem como a resposta do Estado. Logo, o objetivo do estudo é identificar e analisar casos de reintegração familiar de crianças e adolescentes acolhidos em Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescente, no município de São Paulo - SP, utilizando-se exemplos de práticas de profissionais em consonância ao direito à convivência familiar e comunitária. Para tanto, foi realizado estudo bibliográfico, documental, utilizou-se de abordagem qualitativa com uso da técnica de história oral, por meio dos relatos de duas ex-gerentes de serviço de acolhimento institucional, tendo como base a análise crítica da realidade social. Analisaram-se os resultados com a utilização de três categorias, sendo elas: A necessidade de mudança de paradigma dos profissionais do SAICA, a qual se apresentava ainda em uma perspectiva pautada na situação irregular: do menorismo dos profissionais do serviço de acolhimento institucional, embora sejam sujeitos inseridos no contexto de 31 anos de promulgação do ECA, para uma perspectiva da reintegração familiar. A importância de investir no potencial das famílias. O papel da rede intersetorial nas ações de proteção integral à criança e ao adolescente institucionalizado. O resultado do estudo traz que, embora tenhamos avançado nas normativas quanto às políticas destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes acolhidas, ainda existe resistência e desconhecimento dos atores da rede intersetorial, bem como, identifica-se nas histórias narradas, que parcela importante das famílias com filhos acolhidos tem a incorporação do conceito que lhe atribuído de “incapazes” para protegerem seus membros, logo o estudo sugere a necessidade de permanente debate da sociedade, de constante formação e capacitação a toda rede intersetorial. Contudo, os casos de histórias de reintegração bem sucedidas descritas pelos sujeitos da pesquisa nos suscita a esperança de ser possível a concretização de garantir a proteção integral à criança e ao adolescente, em consonância ao preconizado no ECA e no PNCFC, à medida que estes atores acreditam e incorporam este novo paradigma.

## **MATERNIDADE E (DES)PROTEÇÃO SOCIAL: QUANDO A QUESTÃO DA MULHER SE TORNA VISÍVEL.**

*Hílkia Maria de Carvalho Dantas*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP)

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

Defesa em: 16 de fevereiro de 2022

Hílkia Maria de Carvalho Dantas - Assistente Social na área da Saúde

E-Mail: [hilkiacarvalho@gmail.com](mailto:hilkiacarvalho@gmail.com)

Link de acesso à Dissertação: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/25801>

**Resumo:**

A mulher/mãe da classe que vive do trabalho em situação de (des)proteção social e as avaliações pelas quais passa quanto aos cuidados das(os) filhas(os) é central nesta dissertação. A pesquisa buscou apreender o quanto o processo histórico brasileiro, fundamentado na escravização do povo negro, no colonialismo, com um forte viés conservador e autoritário, que estabelece desigualdades de raça/etnia, classe e relação social de sexo, tem mantido amarras históricas e influenciado o fazer profissional, contribuindo para posicionamentos enviesados sobre o modo de vida e papel protetivo das mulheres, favorecendo a judicialização de suas vidas e a não efetivação de seus direitos. O referencial teórico estabelecido por meio da pesquisa bibliográfica compôs com a metodologia qualitativa por meio de entrevistas com duas profissionais da maternidade, um profissional do sistema de justiça e uma usuária da saúde. Realizou-se também pesquisa quantitativa com levantamento de dados da cidade de São Paulo e do território de abrangência da maternidade, perfil das mulheres que tiveram seus casos encaminhados para Conselho Tutelar e/ou Vara da Infância e Juventude, e atendimentos e requisições ao Serviço Social, de maneira a estabelecer relação entre a realidade dessas mulheres/mães e a realidade de trabalho, com vistas a ampliar a discussão dessa temática e contribuir com análises e políticas públicas, na perspectiva da reforma sanitária. Buscou-se ainda apreender se os serviços e a sociedade mantêm a falsa dicotomia entre os direitos de crianças e adolescentes e os direitos de suas mães e famílias, apresentando interpretações do quanto o sistema capitalista coloca esses direitos em conflito, perpetuando preconceitos e estigmas dirigidos aos/às pobres. Os resultados da pesquisa são apresentados em quatro capítulos: o primeiro apresenta o quanto o processo histórico do país favorece a desvalorização do povo brasileiro e sua repercussão para as mulheres; o segundo capítulo traz a perspectiva da interrelação entre as desigualdades de raça/etnia, classe e relação social de sexo para melhor compreensão da questão da mulher na sociedade brasileira; o terceiro aproxima o trabalho profissional na área da saúde com a disputa entre o projeto da reforma sanitária e o projeto privatista, que influencia posturas profissionais, articulação entre equipes e rede de atendimento. E, por fim, o quarto capítulo apresenta processos de trabalho, continuidades, rupturas, avanços e desafios quanto ao tema da judicialização a partir da maternidade.

## "O 'INQUIETO BALANÇO' DO COTIDIANO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO NA CONJUNTURA DA PANDEMIA DA COVID-19"

*Lara Caroline Hordones Faria*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

Data da Defesa: 06 de setembro de 2022

Lara Caroline Hordones Faria | Assistente Social na DPSP

E-Mail: [larahordones@gmail.com](mailto:larahordones@gmail.com)

Link de acesso à Dissertação: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/29588>

### **Resumo:**

A presente dissertação é fruto valioso de pesquisa realizada sobre o inquieto cotidiano profissional dos/as Assistentes Sociais na Defensoria Paulista, na conjuntura da COVID-19, a primeira grande pandemia no século XXI. Chegar no desenho deste objetivo e no objeto da presente pesquisa foi desafiante e, de maneira sintética, a pesquisa norteou-se em investigar se houve mudanças no cotidiano profissional e também nas ferramentas de trabalho dos/das Assistentes Sociais que atuam na Defensoria, no período pandêmico da COVID-19, bem como apreender e analisar os efeitos desta conjuntura pandêmica, incluindo o trabalho remoto, na direção profissional do Serviço Social nessa instituição. Justifica-se a presente pesquisa, no sentido de que o início da atuação no ano de 2010 na área sociojurídica do corpo técnico qualificado do Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), na DPESP, e com o advento da conjuntura pandêmica da COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, o presente estudo se pauta em compreender como tal circunstância afeta o aspecto do cotidiano de Assistentes Sociais na Defensoria Pública Paulista em sua dinâmica profissional, familiar, social, pessoal, cultural, política etc.. Pautou-se por utilizar como fundamento teórico-metodológico orientando-se na perspectiva crítica, utilizando-se as reflexões e a organização a respeito da temática com base em Heller (2016) e seguindo por Martinelli (2011), dentre outros. Como forma de investigação, houve envio, por e-mail, de questionário com 24 questões fechadas, algumas com apenas uma alternativa para marcar e



outras com mais de uma, e 2 abertas, ao universo de 60 Assistentes Sociais da Defensoria Paulista. As respostas a essas questões estão exploradas ao longo dos capítulos da presente dissertação, e também seguem analisadas no capítulo quatro, em especial. Da pesquisa, percebeu-se que a conjuntura pandêmica da COVID-19 interferiu sobremaneira no cotidiano profissional dos/as Assistentes Sociais na Defensoria Paulista, no entanto, criativamente, ocorreu por iniciativa própria dos CAMs uma rearticulação encontrada pela categoria em busca dos encontros virtuais nos Grupos de Trabalhos (GTs) e ainda na construção do Coletivo Antirracista, contribuindo, demasiadamente, na tessitura de uma práxis reflexiva. O cotidiano tem em seu íntimo característica de ser inquieto e balança sempre com nosso ser e tem, no Serviço Social, uma dialética que movimenta sua realidade nesse cotidiano pandêmico na instituição.

## O CENTRO DE VISITAÇÃO ASSISTIDA "CEVAT-TJSP" NA PERSPECTIVA DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

*Luciana Prates Cordeiro*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Raichelis Degenszajn

Data da Defesa: 20 de abril de 2020

Luciana Prates Cordeiro | Assistente Social no TJSP

E-Mail: [luprates03@hotmail.com](mailto:luprates03@hotmail.com)

Link de acesso à Dissertação: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23561>

### **Resumo:**

A presente pesquisa objetivou analisar a gênese, desenvolvimento e contribuição do Centro de Visitação Assistida (CEVAT-TJSP) – único nessa modalidade em todo o país – desde a origem no saguão do Foro Central “João Mendes Júnior” até a sua consolidação enquanto serviço público prestado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP). Para a realização desse trabalho, assistentes sociais e psicólogos/as lotados/as dos Foros da capital e Região Metropolitana são selecionados para assistirem as visitas entre familiares não-guardiões e crianças e adolescentes em situações de risco pessoal, social e de violação de direitos. A motivação para investigar o percurso sócio-histórico do CEVAT relaciona-se às indagações sobre os fatores que levaram à manutenção de um serviço que apresentava condições de trabalho precárias, mudanças para

locais improvisados e inadequados para receber as famílias e a ausência de capacitação para qualificar o trabalho profissional. Além disso, é praticamente inexistente a produção científica realizada pelo Serviço Social sobre o tema da visita assistida, embora assistentes sociais trabalhem neste procedimento desde 1960. Para o desvendamento do objeto, o estudo foi estruturado em dois capítulos, além da introdução e da conclusão. Primeiro, a análise dos elementos da formação sócio-histórica das famílias, com base no escopo teórico sobre a judicialização das relações familiares, tendo como principais demandas nas ações judiciais os divórcios (caracterizados pelo alto litígio) e três tipos de violência (doméstica, abuso sexual e alienação parental). Segundo, as situações que afetam diretamente o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, segundo as normativas e legislação dos direitos deste segmento, dos quais desvelam a demanda por visita protegida (assistida) na qual vem ganhando visibilidade no debate realizado pela área Sociojurídica. Assim, o resgate sócio-histórico dos 57 anos do CEVAT foi sistematizado, a fim de compreender as razões de seu sólido enraizamento institucional, bem como, obter conhecimento sobre os significados do trabalho profissional realizado por assistentes sociais. A metodologia adotada teve como base a pesquisa documental dos provimentos, normativas e legislação que referenciam o CEVAT e a realização de entrevistas semiestruturadas com sujeitos que vivenciaram as três fases de reformulação do serviço (1991, 2006 e 2017), respectivamente, com destaque para reivindicações por melhores condições de trabalho, representadas pela AASPTJ-SP, pela assessoria do Núcleo de Apoio Profissional aos Assistentes Sociais e Psicólogos da Coordenadoria da Infância e Juventude do TJSP, e contribuições de duas juízas coordenadoras que defenderam posições diferentes, sendo uma a favor e a outra contra a manutenção do serviço. Foi possível concluir que a instituição atendeu às reivindicações de melhoria das condições materiais e das supervisões técnicas de trabalho, contando atualmente com uma estrutura física excelente para atender as normativas de segurança e vigilância. No entanto, o aprimoramento dos fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho profissional do/a assistente social no procedimento da visita assistida permanece ainda não contemplado. Palavras-chave: Visita Assistida, Centro de Visitação Assistida, Famílias, Serviço Social.

## **ROMPENDO COM O LUGAR DE ABANDONO: CONTRADIÇÕES, DILEMAS E DESAFIOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

*Márcia Cristina Campos*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek

Data da Defesa: 17 de outubro de 2019

Márcia Cristina Campos | Assistente Social no TJSP

E-Mail: [marciacampos25@gmail.com](mailto:marciacampos25@gmail.com)

Link de acesso à Dissertação: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22816>

**Resumo:**

A presente pesquisa buscou compreender e analisar a essência das contradições e paradoxos que permeiam a medida protetiva de acolhimento institucional, com ênfase nos equívocos e distorções (re)produzidos pelos agentes responsáveis por sua recomendação, determinação e cumprimento. O estudo nasce das inquietações advindas do cotidiano profissional no Serviço Social da Vara da Infância e Juventude, ante os desafios e dilemas éticos presentes na realidade social de crianças e adolescentes em situação de acolhimento, que, contrariando as prerrogativas legais, por vezes são submetidos a novas violações de direitos, praticadas exatamente pelas instituições que deveriam protegê-los. A abordagem qualitativa com base documental, realizada a partir de fontes compostas por autos processuais de acolhimento, possibilitou o acesso à integralidade de trajetórias institucionais demasiadamente prolongadas que, de partida, violam o caráter excepcional e provisório da medida e, conseqüentemente, o direito fundamental à convivência familiar e comunitária. O percurso investigativo significou um mergulho nas histórias de Luna, Lucas e Alice que tiveram suas infâncias e adolescências atravessadas pela medida de acolhimento, desvelando um conjunto de violências, violações e rupturas que marcaram suas vivências intramuros. Ao longo da pesquisa foram revelados aspectos importantes acerca da tramitação processual, evidenciando como se estruturam os caminhos assumidos pela medida e, sobretudo, como se constituem as violações de direito ocultadas sob aparente condição de legalidade. Entre os achados, constatou-se que o histórico de desproteção social que acompanha as famílias das trajetórias examinadas exerceu influência decisiva nos desdobramentos da medida de acolhimento. Isso denuncia a persistência da prática social de criminalização da pobreza e judicialização das expressões da “questão social” que têm, na institucionalização da infância e juventude, uma de suas faces mais perversas. Esse é apenas um dos indicadores de que os expressivos avanços conquistados na esfera legal, ainda exigem permanentes esforços – individuais e coletivos – voltados à sua plena efetivação e combate aos riscos de retrocessos, com vistas à implementação da doutrina da Proteção Integral de crianças e adolescentes.

## DOS ECOS DO ECA À PSICANÁLISE: ENTRE A LÓGICA DO BEM-ESTAR E A ÉTICA DO BEM DIZER

*Michele Donizete Ferreira Borges*

Dissertação de Mestrado em Psicologia Social

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientador: Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho

Data da Defesa: 11 de maio de 2021

Michele Donizete Ferreira Borges | Psicóloga, Psicanalista e Professora Universitária

E-Mail: [michele@desirpsicanalise.com.br](mailto:michele@desirpsicanalise.com.br)

Link de acesso à Dissertação: não disponibilizado.

### **Resumo:**

O presente estudo desenvolveu-se a partir do questionamento sobre a escuta de crianças e adolescentes em situação de acolhimento e a relação com a garantia de direitos. Partindo do questionamento sobre como extrair da Lógica do Bem-Estar – presente na Assistência Social – a Ética do Bem Dizer, ou seja, a escuta do sujeito de desejo. Para tal, foi importante olhar para traz para escutar o hoje, através de um breve percurso histórico do acolhimento no Brasil, desde o período colonial até a aprovação do ECA e os desdobramentos depois dele até os dias atuais, apontando a forma com que esse serviço foi construído e como crianças e adolescentes, ao longo da história foram sendo tomadas (os) como objeto pela Igreja, Instituições de Caridade e posteriormente pelo Estado, o que compõem o primeiro capítulo. Para psicanálise, a escuta é sempre do sujeito de desejo independentemente da idade, assim se faz necessário apresentar o conceito de criança e sua constituição como um advento da modernidade, bem como, as noções de sujeito e de infância para psicanálise. No terceiro capítulo é apresentado o processo de entrada na instituição e da inserção na equipe de trabalho, condição necessária para que o psicanalista possa operar. O quarto capítulo apresenta algumas problemáticas dos diversos aparelhos que compõem a rede socioassistencial, quais as contribuições do psicanalista nesse campo, orientado pela ética da psicanálise, ou seja, a Ética de Bem Dizer o Desejo. Para tanto, é apresentado a Tragédia Grega Antígona, da qual se utilizou Lacan para pensar a ética da psicanálise articulado com fragmentos de um caso atendido na Instituição. Por fim algumas questões importantes serão levantadas acerca das consequências – ainda muito incertas – da pandemia do novo coronavírus COVID-19 na garantia de direitos e nas crianças e adolescentes em situação de acolhimento. A contribuição desta pesquisa se dá no sentido de ressignificar a

violência e desvelar o lugar da infância nos discursos, além de convidar os profissionais que atuam em instituições a refletir sobre suas técnicas. Ou, ainda, poder fazer juízo de seu próprio fazer, como uma possibilidade de não paralisar diante das impossibilidades da instituição.

## **MENORISMO ESTRUTURAL E O DIREITO: ELEMENTOS PARA UMA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL INSURGENTE E ANTIMENORISTA**

*Peter Gabriel Molinari Schweikert*

Dissertação de Mestrado em Direito

Programa de Pós-Graduação em Direito

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientador: Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Júnior

Data da Defesa: 26 de setembro de 2022

Peter Gabriel Molinari Schweikert | Defensor Público do Estado de São Paulo

E-Mail: [peterg.schweikert@gmail.com](mailto:peterg.schweikert@gmail.com)

Link de acesso à Dissertação:

[https://www.academia.edu/89323639/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Menorismo\\_estrutural\\_e\\_o\\_Direito](https://www.academia.edu/89323639/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Menorismo_estrutural_e_o_Direito)

### **Resumo:**

A presente dissertação tem como objetivo demonstrar criticamente a existência de diversas formas de manifestação do menorismo na sociedade brasileira e apresentar elementos para a construção de uma proposta hermenêutica que os leve em consideração e contribua para o processo de luta política pela emancipação de crianças e adolescentes. Dado seu caráter multidisciplinar, optou-se pelo método do materialismo histórico e dialético como proposta analítica de compreensão das relações sociais em que meninos e meninas figuram como partícipes. Tal compreensão, em vista da totalidade das relações sociais, perpassou a imersão investigativa em três dimensões: histórica, jurídica e ideológica. Foram também apresentados como sustentáculos epistemológicos os estudos estruturais na sociologia da infância, a Teoria Unitária das Relações Sociais e os estudos sobre Direito Insurgente, que forneceram base teórica para a identificação das três formas de manifestação do menorismo na sociedade (individualista, institucional e estrutural). Em seguida, buscou-se resgatar, no campo da hermenêutica jurídica, propostas permeáveis às constatações apresentadas na primeira parte do trabalho, elegendo-se a proposta hermenêutica-concretizadora de Konrad Hesse como ponto de partida. Uma vez aproximada a teoria interpretativa de Hesse dos estudos de Direito Insurgente e das conclusões

reunidas sobre as dimensões do menorismo, obteve-se como resultado a identificação de elementos para a construção de uma proposta de hermenêutica insurgente e antimenorista. Por fim, buscou-se testar a proposta em diferentes situações práticas, indicando-se possíveis soluções alternativas para os casos analisados.

## **A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: SUAS EXPRESSÕES E OS DESAFIOS NO COTIDIANO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS VARAS DE FAMÍLIA**

*Quelli Foleiss de Oliveira*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucia Silva Barroco

Data da Defesa: 17 de junho de 2020

Quelli Foleiss de Oliveira | Assistente Social no TJSP

E-Mail: [quellifoleiss@yahoo.com.br](mailto:quellifoleiss@yahoo.com.br)

Link de acesso à Dissertação: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23182>

### **Resumo:**

O objetivo desta dissertação é identificar e analisar as situações de violência reproduzidas nos autos processuais de disputa de guarda e regulamentação de visitas encaminhados aos profissionais de Serviço Social que atendem as demandas das Varas de Família, tendo como referência o Foro Regional de Santo Amaro, responsável pelo atendimento de toda Zona Sul de São Paulo (SP). Para atingir esse objetivo, utilizamos o referencial teórico marxista por meio do qual identificamos elementos do contexto societário vigente, capitalista, com seu modo de produção e reprodução social, aliado ao Estado, neoliberal e neoconservador, que interferem na vida dos sujeitos e de suas famílias, propiciando situações de violências. A metodologia utilizada consiste em pesquisa documental dos autos processuais, por meio da qual procuramos, a partir de dados quantitativos e qualitativos, discutir sobre o trabalho do/a assistente social na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes frente a situações de violência que permeiam a vida em sociedade e, conseqüentemente, as relações familiares. Os resultados apontam a presença de diferentes formas de violência emergentes nos autos processuais sofridas por crianças/adolescentes, além de preconceito de classe, racismo, LGBTQIfobia e machismo. Concluimos que o recurso à esfera jurídica para a resolução dos conflitos familiares pode ser mais uma forma de reprodução da violência social contra crianças e adolescentes,

sendo fundamental que o/a assistente social realize uma avaliação social ancorada nos princípios éticos da profissão e que preze pela efetivação dos direitos da criança e dos adolescentes.

## **PATERNIDADES: PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA E EXPRESSÕES EM MÍDIAS SOCIAIS**

*Rafael Candeloro Campoi*

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

Data da defesa: 17 de agosto de 2022

Rafael Candeloro Campoi | Assistente Social no TJSP

E-Mail: [racaneloro@gmail.com](mailto:racaneloro@gmail.com)

Links de Acesso à Dissertação:

Repositório da PUC-SP: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/28405>

Site do NCA-SGD: <https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/nca/Dissertacao-Rafael-Campoi.pdf>

### **Resumo:**

O presente trabalho analisa as paternidades na perspectiva sócio-histórica, utilizando o referencial da teoria crítica e tendo como base empírica o discurso produzido sobre paternidades em podcasts. Sustentado em pesquisa bibliográfica, apresenta as paternidades como sendo construídas social e historicamente e, por isso, vinculadas a questões de gerações, sexo/gênero, raça/etnia e classe social, as quais atravessam diferentes instituições. Com o objetivo de (re)conhecer o debate sobre as paternidades nas mídias contemporâneas, utilizou-se como campo de pesquisa o podcast, por ser um universo discursivo potente de análise para diversas áreas do conhecimento. Foram selecionados quatro episódios dos podcasts Mamilos e MEMOH, cuja seleção partiu de critérios fundados na PodPesquisa de 2019 — a partir da qual traçou-se o perfil do ouvinte de podcast no Brasil. Do universo de podcasts existentes no país destacam-se aqueles que são voltados para o público paterno, dentre os quais quatro foram selecionados, e cujos produtores foram entrevistados com o intuito de traçar o perfil de quem produz podcasts voltados para pais. Os principais achados da pesquisa evidenciam que (1) o debate sobre paternidades se insere na perspectiva da necessidade de se estabelecer outras relações — não mais aquelas fundadas na desigualdade e opressão; (2) que as parentalidades

não são desconectadas das relações sociais e econômicas, de modo que qualquer mudança não virá de iniciativas individuais, ou de um despertar coletivo espontâneo para novos comportamentos; e (3) que as reflexões sobre paternidades encontradas na pesquisa evidenciam a existência de um modelo de homem-pai que, apesar de ainda estar em vigência, sua reprodução não se sustenta na atualidade. E, por fim, esta pesquisa traz a marca da originalidade por inserir o campo da pesquisa, os podcasts, bem como outro viés de discussão sobre paternidades — não mais aquelas que evidenciam apenas a ausência paterna — no arcabouço de produções acadêmicas do Serviço Social, com vistas a incentivar que as/os assistentes sociais repensem suas práticas cotidianas quando atuam com relações parentais.



**São Paulo, dezembro de 2022.**

**Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes:**

**Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos**

**NCA-SGD | PPGSS-PUCSP**



## Sobre o NCA-SGD



### **NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ÊNFASE NO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS**

A política para crianças, adolescentes e jovens tem sido palco de contínuos e intensos confrontos de concepções e de práticas, especialmente em torno da doutrina de proteção integral preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar dos avanços alcançados após a sua promulgação, são recorrentes e cada vez mais acentuados os movimentos com vistas a alterações e retrocessos na legislação e na política social da área em desacordo com os princípios estabelecidos na Constituição Federal e no ECA. Na perspectiva da intransigente defesa dos direitos das crianças, do/as adolescentes, do/as jovens e de suas famílias, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes se ocupa da investigação em torno das questões da área, privilegiando o Sistema de Garantia de Direitos, de modo a subsidiar as reflexões e as intervenções profissionais nos vários âmbitos do poder público e da sociedade civil.

**Coordenação:** Profa. Dra. Eunice Teresinha Fávero

**E-mail:** [nucleoca2018@gmail.com](mailto:nucleoca2018@gmail.com)

**Site:** <https://www.pucsp.br/nca-sgd>

**YouTube:** <https://www.youtube.com/c/ncasgdpuccsp>

**Endereço:** Rua Monte Alegre, 984 – 4º andar/PPGSS. Perdizes, São Paulo - SP, CEP 05014-901

